

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – ILC

Des-concertante Eduardo: louvor e simplificação de Eduardo Lourenço¹

No filme de Miguel Gonçalves Mendes, *O Labirinto da Saudade*, título que toma de empréstimo o famoso ensaio de “psicanálise mítica do destino português” de Eduardo Lourenço, este, na qualidade de ator de si mesmo, e em resposta à pergunta da personagem de um médico-analista que dele quer saber se se vê como poeta, filósofo ou ensaísta, começa por se auto identificar como um ser “horrorosamente abstrato”, que “podia ter sido alguma dessas coisas, não [tendo sido] nenhuma.” E a seguir destaca a plantação de uma série de ciprestes no jardim da sua casa de Vence, na França mediterrânica, como a “única coisa de real que [fez] na sua vida”. Esta é a primeira das dificuldades para quem quer, mesmo de modo simplificado, ajuizar a obra em vida de alguém que tendo primacialmente examinado a cultura portuguesa com a arte verbal de um poeta, a consistência conceptual de um filósofo, a urdidura argumentativa de um ensaísta, elege, de entre os seus numerosos trabalhos e múltiplos dias, uma tarefa de jardinagem, a do cultivo de árvores, como a mais elementar, tangível e reveladora prova do sentido geral da sua vida. Talvez que esta dificuldade encontre a sua possível mitigação nas palavras de Agustina Bessa Luís. Em 1986, numa entrevista ao *Jornal da Madeira*, Agustina, ao reconhecer que a dificuldade de dar uma definição de si-mesma decorria de uma “pessoa poder ser vista de muitos ângulos” (2013: 99), acrescentava: “Não corro em direção aos acontecimentos. Espero que eles me escolham” (*idem*). O problema da livre escolha é um tópico de multiforme entendimento em que parece caber esta invertida formulação agustiana sobre a possibilidade de o sujeito agir não em função de uma indeclinável vontade pessoal, mas movido pela imprevisibilidade das circunstâncias de que é apenas um dos elos, um dos actores-factores da contínua rede de interdependências em que contingencial e eletivamente se situa. Sei que ao falar da livre escolha estou a articular um filosofema de tenaz perenidade na história das ideias, no campo teórico da ética e na urgência prática da axiologia e que foi examinado por diversos filósofos, como St. Agostinho, Schopenhauer, Albert Camus, discretamente convocados por Eduardo Lourenço, em momentos e sob enfoques diferenciados, na sua extensa obra, nomeadamente nos seus ensaios “Agostinho, tabu do Ocidente?” (1987), “A Dialéctica Trágica de Camus ou o Regresso a Ítaca” (1957), “A Morte, de Schopenhauer a Unamuno” (2007). Em última análise, a livre escolha é um filosofe-

ma irresponsável à luz da magna incógnita que é a vida, que nesta precisa circunstância temporal, me determina que ajuíze sinopticamente a vasta obra e vida de um real plantador de ciprestes, que escolheu ou foi levado a ser escolhido para agir ao longo da sua vida como um ideal escrutinador da psique coletiva da nação e como persistente exegeta da cultura do povo – e da civilização – a que pertence. E que, ao ajuizar a obra de uma escritora que, ao dizer esperar que os acontecimentos a escolham, parece admitir que o seu ser literário se revê na qualidade que o seu ajuizador lhe atribuiu num ensaio, datado de 1964, e que intitulou “Des-Concertante Agustina”. Por empréstimo acumulado, quer da afirmação de Agustina sobre a multi representação a que se expõe a identidade pessoal, quer do uso do adjetivo com que Eduardo Lourenço a define literariamente, diria que o me cabe aqui propor é dar a ver, com a mais douta das prudências, alguns dos ângulos da personalidade intelectual do Des-Concertante Eduardo. Alguns ângulos que, não sem perplexidade, nele e dele captei a partir de algumas notas retiradas da sua fotobiografia e das leituras que fiz da sua multimoda e rarefeita obra, extensa e intensamente tecida no decurso de sete décadas e meia sob a irradiante presença duma consciência histórica e poética da experiência do tempo. Que me perdoe, portanto, o Eduardo Lourenço de eu estar sujeito à minha condição de ser prosaica e temporalmente limitado e de ter de proceder a uma evocação redutora diante do seu extenso e intenso monumento de inteligência discursiva que, em língua (predominantemente) portuguesa, tem vindo a construir e a publicar, desde que, no dia 11 de Janeiro de 1943, deu a ler, no *Diário Popular*, o seu primeiro texto impresso, o conto – a meu ver evocador de uma estética fílmica expressionista – “Ti Curandeiro”. E sabendo de antemão que o Eduardo Lourenço recusa congenialmente o estatuto de voz oracular, perdoe-me ele, ainda uma segunda vez, a minha temerária provocação de ver no título desse texto o vaticínio revelador de um dos ângulos mais incisivos da sua personalidade intelectual, a do terapeuta arguto que pacientemente escrutina e amorosamente administra a medicina adequada para as distorções e os enviesamentos políticos, as frustrações e os endeusamentos ideológicos, que reiteradamente e sob diversas configurações, afloram na cultura portuguesa, mas também no “esplendor do caos” – para utilizar um título da sua bibliografia – da civilização ocidental. De onde surgiu então esse seu vezo de desencantador, essa sua “obsessão permanente, “a da desarticulação, da desestruturação das nossas mitologias culturais herdadas do século XIX”, (2012: I, 382), essa vontade, se não curativa, profilática em colaborar na “tentativa de [contribuir para] uma reestruturação do discurso cultural português” (*idem*)? E, ao mesmo tempo, como se a qualidade inaugural da publicação desse seu conto operasse no conjunto da sua obra como um escólio com valor idêntico ao das epígrafes com que sugere a temática dos seus ensaios, de onde surgiu essa sua afinidade e atração pelas criações do imaginário literário de múltiplos autores? De onde proveio esse seu empenho crítico-ensaístico, ativado por uma refinada consciência do uso estético da linguagem e, em grande medida, associado ao seu labor de hermeneuta da cultura literária portuguesa – de que, por exemplo o ensaio “Da literatura como Interpretação de Portugal” (1975) é exemplo? Mas, ainda mais pertinentemente, de onde e como se tem projetado uma obra pensante de vasto âmbito cosmopolita, tutelada e intitulada por três vezes – 1949, 1967 e 2010 – sob o espírito da hetero-

doxia? Para evitar quaisquer simplificações explicativas, as respostas a estas perguntas só podem ser dadas por aproximação ao conhecimento de alguns momentos do longo percurso da vida intelectual de Eduardo Lourenço, de algumas cintilações dessa vida com reconhecida pertinência pública e significado cultural. De uma vida que, antes de mais, tem sido de estudo e reflexão, de leitura e assimilação crítica processada em diálogo com uma legião de fontes do universo do conhecimento das humanidades e intensificada por uma hipertrófica consciência estética. Sem querermos banalizar o alcance funcional do método de inquirição preconizado por Michel Foucault para a compreensão estrutural da história das ideias – método cuja originalidade epistémica, Eduardo Lourenço, com sentido de atualidade, dá conta num ensaio de 1967, “Michel Foucault ou o Fim do Humanismo” –, e porque Eduardo Lourenço é um conhecedor lídimo e participante dessa história e das suas principais descontinuidades ao longo dos séculos XX e XXI, somos em crer que qualquer tentativa válida de responder às perguntas supramencionadas só pode ser feita por recurso ao método que o filósofo francês designou de “arqueológico”. E é aqui que temos de ir às origens, ao fundo sociológico e ideológico da aldeia S. Pedro do Rio Seco, situada no distrito da Guarda, onde, a 23 de Maio de 1923, mas com a data de registo oficial de 29 de Maio, nasceu Eduardo Lourenço. E porque a arqueologia de que me sirvo aconselha, por uma questão de economia crítica, a que me fique pela exumação de dados simbólicos, não posso deixar de ver na ironia da dualidade das datas de nascimento de Eduardo Lourenço, a empiricamente real, 23 de Maio, e a oficialmente irreal, 29 de Maio, o seu assombro pela dupla qualidade, essencial e formal, necessária e contingencial, tangível e intangível da metafísica do tempo. Nem posso também deixar de ver na onomástica do lugar onde ocorreu – S. Pedro de Rio Seco –, toda uma semântica de combinações lexicais improváveis, de antíteses geoculturais, de justaposições sacro-profanas que, mais uma vez, parecem prefigurar o amplo e diversificado horizonte de escolhas axiológicas, estéticas e doutrinárias com que Eduardo Lourenço cerziu o projeto de liberdade do seu ser e a construção heterodoxa do seu conhecer. Filho do militar Abílio de Faria, e de Maria de Jesus Lourenço, de quem metonímica e “matronimicamente” adotou o sobrenome identificador da sua ortónima personalidade pública, Eduardo Lourenço, o mais velho de sete irmãos, conheceu “o tempo em que uma aldeia era um organismo vivo, espécie de homem colectivo separado do mundo que o desconhecia e ele desconhecia, homem de dura enxada e de seus parques frutos” (Cruzeiro 2013: 39), em que “tudo era verdade, mesmo a mentira. Tudo autêntico, mesmo a fachada no coração ou a sachola nos miolos. Como há três mil anos em pleno neolítico (40)”. Aldeia em cuja milenar herança logrou viver “dez [anos] entre giestas, barrocais, vento ciciado do planalto, canto de cotovia, como um fio de cristal, curral de cabras, caminho de lama, ruas sem pedra e casas sem água” (*idem*). Aldeia em cuja ambiência, impregnada de catolicismo tradicional, experienciou um sentimento misto de pertença originária a uma ordem comunitária bucólica e de alienamento crescente pelos seus arcaísmos rústicos. O êxodo, em 1931, desse “grande Círculo do Sempre”, para a cidade da Guarda – onde, de forma intermitente, Eduardo Lourenço permaneceu até 1934 para frequentar o terceiro nível da escola primária e o primeiro do liceu –, significou para ele um baptismo de espanto, correspondeu, mas numa proporção maior, à experiência de assombro, que comparou ao possí-

vel impacto nos sentidos causado pela diferença de escala entre aquele burgo e uma megapólis. “A diferença é maior entre S. Pedro e a Guarda que entre a Guarda e Nova Iorque para um rapazinho que saía de um aldeia do estilo que eu vivi” (43). Se a cidade da Guarda representou para Eduardo Lourenço o abandono da comunidade familiar e o ingresso na vida impessoal da sociedade – uma espécie de queda atordoada no círculo da vida provincial –, a sua estadia em Lisboa, entre 1935 e 1940, parece ter-se confinado, certamente por decisão paternal, à fase da sua escolarização castrense no Colégio Militar, num lugar dúbio de “não-comunicação” (53), mas também de cultivo do “espírito de grupo” (54). A demora do adolescente Eduardo Lourenço em Lisboa parece não lhe ter sido dantesicamente assimilável a uma estadia no círculo do inferno, mas antes a uma permanência evanescente numa “cidade sonhada” (51), aquela que o levou a divisar no estuário do seu rio, e por contraponto à árida morfologia da sua aldeia, um simulacro do mar ausente da sua infância. É em Coimbra, porém, que se lhe abrirá o horizonte da sua múltipla vocação de pensador cosmopolita, estudioso da cultura portuguesa e leitor crítico do mundo como vontade e representação literárias. O curso superior de Histórico-Filosóficas, que frequenta a partir de 1941 e que conclui em 1946 com a tese *O Sentido da Dialéctica no Idealismo Absoluto*, não só lhe permitirá desenvolver as suas singulares capacidades e exigentes métodos de trabalho reflexivo como o dotará do lastro de conhecimentos essenciais para a prossecução da sua ulterior, contínua e infatigável atividade pensante sobre os mais diversos temas e assuntos de incidência estética-ontológica e política-cultural. No devir dessa tese, elaborada com um notável sentido de síntese e de problematização sobre os contributos da filosofia idealista, em particular a alemã, para a compreensão do papel da consciência na perceção e racionalização do mundo, é dada grande ênfase à “experiência de nós mesmos”, à “decisão interior”, à “presença duma eficácia pura” (2012: I, 77). Por sua vez, no ensaio que precede a edição desse texto no volume *Heterodoxia I*, “Da permanência no Mundo do Espírito”, lêem-se três juízos, que podem ser tomados como índices de toda a produção intelectual lourenciana: (i) “a intencionalidade do nosso universo mental é de inclusão e não de exclusão” (2012: I, 57); (ii) “somatório de qualidades e qualitativo ele mesmo, o mundo do espírito cria dentro de si escalas diversas, donde a quantidade está ausente” (58); (iii) “Na verdade não há processo de aceder à consciência senão estar, viver, tê-la presente, sê-la” (*idem*). Diria então que a intenção de incluir em diversas escalas qualidades do mundo espiritual que permitem à consciência estar presentemente consciente de si é, simultaneamente, um modo de sintetizar o projeto de vida intelectualmente comprometido de Eduardo Lourenço e justificar a sua assumida propensão em indagar dilatadamente e compreender dialogicamente o possível significado dessa vida. Coimbra foi portanto a cidade portuguesa que na década de 40 e princípios da de 50 do século passado se constituiu no círculo ou morada em que Eduardo Lourenço se formou no espírito académico e cultural não conformado aos *a priori* intelectuais legitimadores de verdades tácitas e dominantes crenças ideológicas. Para isso contribuiu não só o ter sido o intérprete, mediado pelas suas intensas e vorazes leituras, de um conjunto de fatores históricos culturalmente relevantes, mas também o ter sido participante de uma constelação feliz de encontros pessoais, de que destaque: o acolhimento que deu ao magistério académico do seu “Mestre” Joaquim de

Carvalho – mestre que “o preservou das miragens narcísicas do culto particular separado do universal” (2012: I, 429) –; mas também a camaradagem que cultivou, com sentido de proximidade afetiva e de autonomia intelectual, com os seus colegas e jovens poetas, João José Cochofel, Joaquim Namorado e Carlos de Oliveira e sobre cuja produção lírica de conjunto viria a escrever o ensaio de referência *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista* (1968); e ainda, não menos importante, o convívio reverente com Miguel Torga, de cuja obra poética se ocupará intermitentemente, em diversas ocasiões, a primeira das quais, em 1955, no seu estudo *O Desespero Humanista de Miguel Torga e o das Novas Gerações*.

As diversas escalas do mundo espiritual de Eduardo Lourenço foram-se assim desenhando e projetando, como uma pauta polifónica, a partir desse tempo de Coimbra mediado entre 1941 e 1953 – o ano em que cessou as suas funções como assistente da disciplina de filosofia – por outros tempos e lugares: os de Paris e Hamburgo (1953), os de Heidelberg (1954), os de Montpellier (1955–56), os de S. Salvador da Baía (1958–59), os de Grenoble (1960–65), os de Nice (1965–74), os de Vence (1974–2013), os de Roma (1989–91) e os de Lisboa (2013–18). São escalas que revelam a sua intenção de incluir discretas mas interrelacionáveis matérias de estudo, que encontram na filosofia e na literatura, sobretudo na poesia, os dispositivos de análise, os instrumentos de avaliação adequados à sua reflexão reunida em livros – pelo meu cômputo, 40 títulos – verdadeiros mónadas tematicamente auto suficientes, mas estruturalmente articulados no seu efeito de conjunto, sobre a complexidade física e metafísica, nacional e planetária, histórica e social, política e cultural do mundo e do tempo que nos cabe habitar. De facto, uma leitura atenta da poliédrica obra de Eduardo Lourenço é uma incitação permanente à suspensão da crença de que as criações intelectuais se ordenam por inamovíveis fronteiras discursivas. As estratificações de sentido e modulações de forma dos seus textos, em grande medida escritos para responderem a solicitações académicas e a compromissos de colaboração em publicações culturais, revistas e suplementos literários, podem exibir variáveis tonalidades dominantes – filosóficas, poéticas, ensaísticas –, mas o que no seu conjunto sobrevém é uma invulgar combinação do uso poético da linguagem na modulação de juízos filosóficos ou, reversivelmente, da conformação da especiosa reflexão abstrata à expressiva dicção lírica. Algo que, por exemplo, se pode ilustrar com o *incipit* do seu ensaio melancolicamente provocador sobre o apagamento do lugar central do pensamento de St. Agostinho enquanto índice da perda da irradiação cultural do cristianismo: “Tudo se passa” – escreve Eduardo Lourenço sobre o filósofo-santo – “como se a sua santidade o afastasse de nós como estrelas que nos confins do universo sobre si mesmas se dissolvessem em buracos negros” (2012: I, 446).

A deslocação para o reconhecimento de Eduardo Lourenço, se não da superioridade, da ímpar, porque mais livre, modalidade do conhecimento poético, em detrimento do filosófico, vem de longe: “Em 1949 já estava pronto, para sacrificar o deus dos filósofos se não ao de Jacob ou de Abraão (hélas) pelo menos ao de Kierkegaard, de Kafka e sobretudo de Pessoa ...” (386). Pessoa que, como explica no texto auto exegético de 1982 “Como Vivi a (Pequena) História do Neo-Realismo” o tinha escudado “para defrontar todos os dragões das evidências que cegam” (2013: II, 369). Como um grande espelho das incoercíveis possibilidades da natureza humana,

da sua quicá vocação trágica, mas também da sua aspiração à superação dos atavismos biológicos e culturais convertidos em sistemas doutrinários e totalitários, toda a poética, mesmo a mais filosoficamente prosaica de Pessoa, não só atuou, na medida e no tempo adequados, como um catalisador da formação intelectualmente irrestrita de Eduardo Lourenço, como o habilitou a tornar-se num dos mais notáveis hermeneutas da obra pessoana – tal como se pode entrever da leitura de dois títulos de referência *Fernando Pessoa Revisitado* (1973) e *Fernando, Rei da Nossa Baviera* (1986). Não é de mais insistir neste diálogo congenial entre Pessoa e Lourenço, dado nele se refletir, no plano estético-literário, a abertura da e o amparo à vocação heterodoxa e heroicamente pluralista do meu elogiado, manifestadas num tempo histórico de quase compulsivas e disjuntivas opções doutrinárias – de fundo escatológico –, entre crentes no catolicismo e partidários do marxismo. Diálogo, com repercussões ainda não devidamente avaliadas no plano político, e que nos parece essencial para a compreensão do alargamento e fundamentação dos contributos teóricos dados por Eduardo Lourenço para a difusão e aprendizagem da cultura democrática que define a modernidade e contemporaneidade da sociedade portuguesa pós-25 Abril. E não se duvide do lugar central que, nesses contributos, a poesia, ou a representação poeticamente literária da experiência histórica e existencial da humanidade, ocupa na obra de Eduardo Lourenço. “Só a palavra poética é libertação do mundo” (2016: III,74) escreve ele em “Tempo e Poesia”, um dos seus ensaios mais icónicos, datado de 1959, entre os muitos que compôs sobre poesia e poetas portugueses – e que foram reunidos no espesso terceiro volume das suas obras completas. O pensamento poético desestabilizador de Pessoa, aliado à perscrutação que Eduardo Lourenço empreende dos autores laicos existencialistas – *Situação do Existencialismo* (1954) e *A Dialéctica Trágica de Camus* (1957; 1967) – e, sobretudo, da radicalidade filosófica do pensamento cristão de Kierkegaard – *Sören Kierkegaard, Espião de Deus* (1813-1855). *Repetição* (1963; 1967) – encaminharam-no para uma estratégia de escrita predominantemente ensaística, para esse “lugar de interpelação pura sem resposta à vista” (I, 380), para esse recurso “em letra de forma”, que ele desde cedo cultivou para responder e acudir a “tempos calamitosos, como os de Montaigne, precisamente em que duas ordens de certezas opostas e igualmente impessoais exigiam o sacrifício do intelecto e da vontade” (*idem*). A este sistema de referências do campo da poesia e da filosofia determinantes no incitamento à criativa liberdade intelectual de Eduardo Lourenço, creio poder ainda anexar o efeito sísmico causado na sua consciência estética, mas também política e cultural, do romance publicado em 1953, *Sibila*, da “des-concertante” Agustina Bessa-Luís – e que foi por ele celebrado como “literatura nova” (1994:60) e como um “sinal” que veio remover “o subconsciente literário português” (162). Mas, também e surpreendentemente, que veio remover, com as suas réplicas de cosmopolita alcance, um certo subconsciente politicamente hegemónico, e que Eduardo Lourenço, com o refinado sentido de humor que a espaços recorre, assinala da seguinte maneira no ensaio *A Ficção dos Anos 40 ou o Neo-Realismo e o Resto* (1982): “Por acaso – mas acaso que no balanço de deuses bizarros alguma coisa significa – o ano de *Sibila* é também o da morte de Estaline” (2013: II, 354).

Des-concertante Agustina, des-concertante Eduardo, para quem o mundo da poesia, nas suas múltiplas formas desenha a face mais terrível e sublime da existência escrita, mesmo que

romanescamente concebida, a face que sem fim nos aproxima duma imponderável verdade íntima mas desfigurada nas dramáticas encenações da história e da política. Des-concertante Eduardo, mas também concertante Eduardo, o que se mantendo fidelíssimo ao seu amor pela poesia, pela pintura, pela música, o entende como uma declinação do valor existencial da liberdade, “do sentimento de uma proximidade entre o nosso ser e o nosso fazer, cuja expressão-limite e a única pura é o próprio amor” (2012: I, 186-7). E isto porque “o homem do amor é sempre um homem livre” (187). Fidelíssimo, portanto, Eduardo ao amor de uma promessa livre, que no filme de Miguel Gonçalves Mendes surge representado pela cena em que, passageiro de uma barca atravessando o Estige, o rio por quem os heróis homéricos tomavam por testemunha para fazerem os seus juramentos sagrados, chama pela Annie, a sua companheira de vida, hispanista de formação e coração, com quem se casara em 1954, e que partiu para a outra margem em 2013.

Definindo-se a dado momento como “homem privado sem recado nem mandato” (2012: I, 202), Eduardo Lourenço, na sua extensa obra, várias vezes objeto de distinções e prémios nacionais e internacionais, e na sua longa vida, várias vezes tributada com distinções honoríficas, nunca deixou de incentivar o acesso à consciência intencional da inclusão, o que é uma maneira de dizer à consciência da tolerância e do diálogo. Por isso vemo-lo no filme a atender uma chamada telefónica de Agostinho da Silva e a escutar respeitosamente a visão mítica-utópica que este apresenta da fundação de Portugal, em tudo contrária ao ânimo desmistificador das suas explicações sobre a nossa identidade nacional. É uma cena com ressonâncias contrapontistas, equivalente à música de Bach, e que na sua harmónica dualidade, desenhando uma possível alegoria personalizada da cultura poética-filosófica portuguesa, nos deixa suspensos na mesma interrogação com que o Eduardo Lourenço, nostálgico de Deus, se deixa espantar no seu (des) encantado comentário à *Paixão segundo S. Mateus*: “Como é possível (e é possível) deixar de responder ao apelo incansável, nunca extinto, mesmo na mais nocturna das noites, da voz infinita, que nos convoca para a unidade com nós mesmos?” (2017: 51)

NOTA

¹ Texto de homenagem a Eduardo Lourenço na sua qualidade de padrinho do doutoramento honoris causa atribuído pela Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) a Agustina Bessa-Luís (23 Novembro, 2018).

Bibliografia

- Bessa-Luís, Agustina (2013), *Caderno de Significados*, Lisboa, Guimarães-Babel.
- Cruzeiro, Maria Manuela/ Baptista, Maria Manuela (2003), *Tempos de Eduardo Lourenço. Foto-biografia*, Porto, Campo de Letras.
- Lourenço, Eduardo (1993), *O Canto do Signo. Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença.
- (2012), *Obras Completas I*. Coordenação, Introdução e Notas João Tiago Pedroso Lima, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2013), *Obras Completas II*, Coordenação e Introdução de António Pedro Pita, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2013), *O Esplendor do Caos*, Lisboa, Gradiva, [1998].
- (2016), *Obras Completas III*. Coordenação e Introdução de Carlos Mendes de Sousa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2017), *Tempo de Música, Música do Tempo*. Organização e Prefácio Barbara Aniello, Lisboa, Gradiva, [2013].
- (2018), *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva, [1978].